

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

GESTÃO E SAÚDE: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E TÉCNICOS NA RELAÇÃO ENTRE GESTÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

André Luís Vizzaccaro-Amaral¹

INTRODUÇÃO

Este texto divulga, parcialmente, o resultado de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido junto ao *Master of Business Administration (MBA)* em Gestão Estratégica de Negócios, curso de pós-graduação *lato sensu* ofertado pelo Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE), programa este relacionado ao Departamento de Economia, Administração e Sociologia (DEAS) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), vinculada à Universidade de São Paulo (USP).

Tal trabalho foi elaborado a partir de ações coordenadas com as atividades que desenvolvemos junto ao Departamento de Psicologia Social e Institucional (PSI), vinculado ao Centro de Ciências Biológicas (CCB) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Procuramos coordenar os trabalhos do TCC do *MBA* da USP com os de Estágio Supervisionado em Psicologia do Trabalho, ofertado ao último ano do curso de Psicologia da UEL, propondo um projeto de ampliação da carta de serviços da ELO CONSULTORIA – Empresa Júnior de Psicologia da UEL, envolvendo serviços articulados aos campos da

¹ Departamento de Psicologia Social e Institucional - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - (andre.vizzaccaro@uol.com.br)

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Psicologia do Trabalho e da Saúde do Trabalhador². Trata-se, portanto, de um trabalho que buscou promover a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de uma universidade pública.

Este estudo atem-se ao eixo temático Trabalho e Saúde do Trabalhador e promove uma articulação entre as áreas de conhecimento e de práticas da Psicologia Organizacional e do Trabalho, da Administração de Recursos Humanos (e de sua variação contemporânea denominada de Gestão de Pessoas) e da Saúde do Trabalhador.

Importante ressaltar que o campo da Gestão de Pessoas ainda é um campo de práticas e de conhecimento em construção e pode ser compreendido (01) como sinônimo de Administração de Recursos Humanos, refletindo uma maneira de lidar com as pessoas no contexto organizacional (CHIAVENATO, 2010, p. 11); (02) como uma perspectiva ampliada do campo de práticas e de conhecimentos da Administração de Recursos Humanos, atribuída a qualquer função de gestão que possua como subordinadas outras pessoas (GIL, 2001); ou (03) como uma concepção mais estratégica da gestão em relação à administração por considerar que a primeira envolve elementos mais imprevisíveis que a segunda (FISCHER, 2002, p. 32). Assim, consideramos, aqui, o campo da Gestão de Pessoas como uma variação contemporânea da Administração de Recursos Humanos, trespassada por valores, saberes e práticas oriundos das novas formas de organização do trabalho, sobretudo aquelas decorrentes da flexibilização da produção (ANTUNES, 2002). Por sua vez, consideramos, neste trabalho,

² Nesse sentido, é importante esclarecer que o autor deste trabalho é aluno regular do referido *MBA* em Gestão Estratégica de Negócios da USP, Professor Adjunto do Departamento PSI-CCB-UEL, Supervisor de Estágio em Psicologia do Trabalho para os alunos de quinto ano do curso de Psicologia da UEL e Coordenador da ELO CONSULTORIA – Empresa Júnior de Psicologia da UEL. As ações realizadas para o TCC do *MBA* da USP foram coordenadas com as ações realizadas nas atividades de estágio supervisionado em Psicologia do Trabalho, realizado junto à ELO CONSULTORIA. Portanto, os dados gerados pelo estágio em questão contaram com as colaborações dos alunos quintanistas do curso de Psicologia da UEL, coordenados e supervisionados pelo autor: Aline Senegalha de Souza, Lauane Rafaela de Brito Campos, Lucas Franco Carmona, Marcos Vinicius Woelke de Oliveira, Maria Giulia Lima Carlessi, Mariana Carolina B. Ferreira, Marisa de C. D. Subtil de Almeida e Thaís Santiago Marino; além da colaboração da aluna Giovanna Theophilo Salomão, aluna do segundo ano do curso de Psicologia da UEL e Diretora de Projetos da ELO CONSULTORIA ao longo do ano de 2015, supervisora de campo dos alunos junto à empresa júnior.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

o campo de práticas e de conhecimento da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) a partir da perspectiva de Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2004) enquanto que, o da Saúde do Trabalhador (ST), por meio de Lacaz (2007).

A articulação entre tais campos de práticas e de conhecimento vem se mostrando necessária na medida em que importantes órgãos nacionais e internacionais relacionados ao trabalho e à proteção social dos trabalhadores, como o Ministério da Previdência Social (MPS), no Brasil, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no mundo, vêm denunciando, direta ou indiretamente, significativos e crescentes indicadores de Acidentes do Trabalho (ATs) num contexto brasileiro e global, muitos dos quais relacionados às políticas de gestão organizacional e de recursos humanos adotadas pelas organizações produtivas.

Estimativas da OIT apontam que, no ano de 2010, caracterizando a primeira década do século XXI

... havia cerca de 3,3 bilhões de trabalhadores no mundo, dos quais: 1,1 bilhão estava desempregada e/ou vivendo abaixo da linha da pobreza (com menos de US\$2/dia); 330 milhões sofreram algum tipo de Acidente do Trabalho (AT: típico, de trajeto ou adoecimento ocupacional); 215 milhões eram trabalhadores infantis e, dentre eles, 115 milhões eram crianças trabalhando em condições perigosas; 105 milhões migraram de seus países de origem para poder trabalhar; 21 milhões eram vítimas de trabalho forçado; e 2,2 milhões morreram em decorrência direta do trabalho, resultando em cerca de 01 morte, dentre os trabalhadores, a cada 15 segundos. (VIZZACCARO-AMARAL, 2012, p.68)

Tal realidade se reproduz, também, no Brasil, conforme apontam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Previdência Social (MPS), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério do Trabalho (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

... em 2010, havia cerca de 100 milhões de trabalhadores no país, dentre os quais: 16,2 milhões estavam desempregados e/ou vivendo abaixo da linha de pobreza

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

(R\$70/mensais); 4,3 milhões eram crianças e jovens que trabalhavam com idade entre 05 e 17 anos, dentre eles, 2,2 milhões trabalhando em situações perigosas e 1,2 milhão de crianças que trabalhavam com idade entre 10 e 14 anos; 1,5 milhão era de trabalhadores estrangeiros; 701,5 mil trabalhadores sofreram algum tipo de Acidente do Trabalho; 4,1 mil trabalhadores foram escravizados; e cerca de 2,7 mil morreram diretamente em virtude do trabalho, o que equivale a quase 1 morte, dentre os trabalhadores, a cada 3 horas. (VIZZACCARO-AMARAL, 2012, pp.68-69)

Cerca da metade dos ATs, no mundo, decorrem de adoecimentos ocupacionais. No Brasil, ainda considerando os dados totalizados em 2010, dentre os adoecimentos ocupacionais que mais afastam os trabalhadores de seus postos de trabalho, estão: (1º) as Lesões por Esforço Repetitivo/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT); (2º) as Lesões Traumáticas; e (3º) os Transtornos Mentais e Comportamentais, cuja gênese, predominantemente, está no chamado “estresse ocupacional”, ou seja, decorre de fatores relacionados à gestão, como o cumprimento de metas abusivas, a alta competitividade entre os trabalhadores e a insegurança relativa ao emprego e/ou renda. (VIZZACCARO-AMARAL, 2012, pp. 70)

O impacto que as condições, processos e organização do trabalho geram para a saúde do trabalhador, de modo geral, pode ser contemplado em inúmeros trabalhos desde meados dos anos 1990 (sobretudo após a abertura econômica realizada pelo presidente Fernando Collor de Melo, e a proliferação de modelos de gestão contemporâneos, geralmente influenciados pela experiência da montadora automobilística japonesa Toyota), como os de Mendes (1995) e Minayo (1995), assim como em trabalhos mais recentes, como os de Machado *et al* (2010) e de Mendes *et al* (2011). No âmbito da organização do trabalho e seus impactos para a saúde mental do trabalhador, particularmente, significativos estudos regionais e ampliados foram divulgados em obras como as de Matias e Abib (2007) e de Heloani, Souza e Rodrigues (2015), com trabalhos predominantemente da região de Londrina-PR, e de Glina e Rocha (2010) e Seligmann-Silva (2011), divulgando e analisando estudos de amplitude nacional e internacional, respectivamente. Desde o início dos anos 2010, temos contribuído

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

com a promoção da articulação epistemológica (entre as áreas de Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde) e institucional (instituições acadêmicas públicas – estaduais e federais – e privadas; entidades representativas de classe; instituições nacionais e internacionais; instituições governamentais – municipais, estaduais e federais –, não-governamentais e privadas; e coletivos diversos) em torno do eixo temático Trabalho e Saúde, com as obras Alves, Vizzaccaro-Amaral e Mota (2011 e 2012) e Alves, Vizzaccaro-Amaral e Chapadeiro (2015).

Contudo, mesmo com o aumento do volume de produção de conhecimento e de intervenções relativas ao eixo temático trabalho-saúde, sobretudo a partir dos anos 1990, denunciando realidades aviltantes para a saúde dos trabalhadores no mundo e no Brasil, continua crescente o número de ATs. A hipótese lançada neste estudo foi a de que, ainda que campos de conhecimento e de práticas como o da Psicologia do Trabalho e o da Saúde do Trabalhador tenham ampliado sua produção de conhecimento e de intervenção nessa intersecção entre trabalho e saúde, sobretudo porque é nesses campos que a realidade fenomênica dos ATs se explicita (em virtude, principalmente, da demanda assistencial), o campo da Administração de Recursos Humanos/Gestão de Pessoas ainda caminha de modo muito tímido nesse sentido, considerando a perspectiva pragmática da gestão, voltada para indicadores objetivos e de matiz econômico e produtivo, e ignorando, muitas vezes, reverberações reativas (como as de higidez laboral) dele decorrentes. Podemos verificar essa perspectiva pragmática no fragmento abaixo, extraído de um relatório de qualificação de mestrado envolvendo um estudo sobre ATs no setor mineral do centro-oeste brasileiro:

Indagado sobre as razões pelas quais o descarregamento não poderia ocorrer a céu aberto, a fim de facilitar a dispersão da poeira do carvão para não prejudicar tanto o aparelho respiratório dos trabalhadores, o representante da siderúrgica nos disse que o descarregamento ao ar livre poderia comprometer o meio-ambiente, de modo que, palavras dele, “entre o custo humano e o custo ambiental, a empresa infelizmente tinha que optar pelo custo humano”. (SILVA, 2016, pp. 75-76)

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Se considerarmos o efeito que as políticas organizacionais possuem sobre a subjetividade e a saúde do trabalhador, detalhadamente explorados em obras como a de Lima (1995), de Pagés *et al* (1987) e de Gaulejac (2007), e difundidas em trabalhos diversos, como o nosso (VIZZACCARO-AMARAL, 2013b), investigar a produção recente de conhecimento e de técnicas no espectro temático da relação entre gestão e saúde, pareceu-nos de fundamental relevância.

O objetivo geral deste trabalho procurou ater-se aos aspectos epistemológicos e técnicos na relação entre gestão e saúde do trabalhador no contexto brasileiro do século XXI, de modo a analisar, na perspectiva das ciências gerenciais, seus limites e alcances. Dentre seus objetivos específicos, procuramos: (01) investigar a produção epistemológica (teórico-metodológica) e técnica (instrumentos e ferramentas de intervenção) relativas ao eixo temático gestão-saúde, a partir de um recorte temporal recente (2001-2015) e espacial limitado (brasileiro), considerando o campo de conhecimento e de práticas da Gestão e aproximações possíveis com funções de gestão relacionadas à saúde do trabalhador, como a saúde e segurança no trabalho (SST) e a qualidade de vida no trabalho (QVT); e (02) analisar tais abordagens no contexto do mundo do trabalho contemporâneo, por meio de uma perspectiva crítica.

Metodologia

Baseado no paradigma científico qualitativo (CHIZZOTTI, 1995, pp. 33-61) e no método dialético (LAKATOS; MARCONI, 2003, pp. 100-106), foram utilizados pressupostos teórico-metodológicos de autores cujos objetos de estudo e temática, em seus trabalhos, trespasam os campos da Psicologia Organizacional e do Trabalho, da Administração de Recursos Humanos/Gestão de Pessoas e da Saúde do Trabalhador, com predominância de uma perspectiva crítica.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Com relação à perspectiva crítica adotada, destacamos aquela alinhada a trabalhos como os de Pagès *et al* (1987), Lima (1995), Heloani (2003), Gaulejac (2007), Glina e Rocha (2010) e Selligman-Silva (2011), além de trabalhos co-organizados por nós, como em Alves, Vizzaccaro-Amaral e Mota (2011 e 2012), Vizzaccaro-Amaral (2013) e Alves, Vizzaccaro-Amaral e Chapadeiro (2015).

Material e Métodos

Para atender ao nosso primeiro objetivo específico, foi desenvolvida, num primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008, pp. 60-78) e documental (CELLARD, 2012, pp. 295-316) e, posteriormente, um estudo de campo (GIL, 2008, p. 57), dando ênfase, na etapa posterior, à realização de entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 2011, pp. 145-152).

Para a análise dos dados foram utilizadas a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; TRIVIÑOS, 2011, pp. 158-166) e a confrontação com os pressupostos teóricos alinhados aos trabalhos aqui considerados.

Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em uma base de dados física, geográfica e institucionalmente disponível para a pesquisa e a eventual retirada de exemplares, e em outras bases de dados virtuais e *sites* institucionais, desde que seus conteúdos estivessem disponíveis gratuitamente.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A base de dados física utilizada foi a Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais da UEL, que concentram acervos relevantes tanto de livros de diversas áreas de conhecimento e de práticas (dentre as quais Administração, Psicologia e de subáreas da Saúde, como Medicina e Enfermagem), quanto de periódicos científicos e outros materiais (como teses e dissertações produzidas no âmbito da universidade).

As bases de dados virtuais utilizadas foram as da Scientific Electronic Library Online (SciELO: <https://www.scielo.br>), dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação do Brasil (Portal Periódicos da CAPES/MEC: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>) e do Banco de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (BDTD-IBICT/MCTI: <http://bdtb.ibict.br/vufind/>).

Também foram utilizados os *sites* institucionais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP: <http://www.fiepr.org.br/>), que compartilha conteúdo com o do Serviço Social da Indústria do Estado do Paraná (SESI-PR: <http://www.sesipr.org.br/>) e do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Paraná (CRP-PR: <http://portal.crprr.org.br/>), que compartilha conteúdo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP: <http://site.cfp.org.br/>). Os *sites* institucionais de entidades regionais (Estado do Paraná) foram selecionados em virtude do recorte espacial dado ao estudo de campo (focado na Região Metropolitana de Londrina-PR).

As bases de dados física e virtuais foram utilizadas para a pesquisa bibliográfica com o propósito de investigar a produção epistemológica (produção teórico-metodológica) e técnica (protocolos, instrumentos e ferramentas de intervenção) relativas ao eixo temático gestão-saúde, a partir de um recorte temporal recente (2001-2015) e espacial limitado (brasileiro). Por sua vez, os *sites* institucionais serviram à pesquisa documental, sobretudo em relação aos aspectos técnicos e/ou normativos (este último em face da área de vinculação do estágio supervisionado e de atuação da empresa júnior: Psicologia Organizacional e do Trabalho).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Importante ressaltar que foi dada ênfase às bases de dados virtuais e físicas gratuitas em virtude de seu alcance e, com isso, de seu potencial de difusão de conhecimento.

O recorte geográfico considerou a realidade brasileira por ser ela à qual estamos inseridos e pelo fato da Região Metropolitana de Londrina-PR (RML) reproduzir realidades sociais e econômicas semelhantes: ambas são regiões em desenvolvimento sócio-econômico com a predominância do setor produtivo terciário sobre os demais (IBGE, 2016). Quanto ao recorte temporal foram consideradas as transformações ocorridas no Brasil ao longo dos anos 1990, sobretudo em relação à abertura econômica promovida após a primeira eleição direta depois do período da ditadura militar, com o Presidente Fernando Collor de Melo, e com a inserção de organizações multinacionais e a conseqüente introdução de políticas gerenciais oriundas do modelo japonês toyotista (VIZZACCARO-AMARAL, 2013b). Decidimos, todavia, considerar a produção de conhecimento e de técnicas realizada entre 2001 e 2015, no intuito de demarcar, por um lado, o início do século XXI e, por outro, de considerar o acúmulo de experiências resultantes dos anos 1990 com potenciais desdobramentos, em termos de produção de conhecimento e de técnicas, nas décadas posteriores.

Tanto para a pesquisa bibliográfica como para a documental, foram utilizados descritores que pudessem padronizar as buscas nas diferentes bases selecionadas e promover as aproximações necessárias com o campo da Gestão, em princípio, e com as funções específicas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), posteriormente. Assim, foram estabelecidos, primeiramente, o que, depois, ficou designado como “descritores primários” e, na sequência, os “descritores secundários”. Essa divisão ocorreu em virtude das inúmeras ocorrências que surgiram em mais de uma base de dados para os “descritores primários”, que se mostraram “abertos” em demasia.

Foram designados como “descritores primários”: “gestão+saúde”, “gestão+da+saúde” e “gestão+da+saúde+trabalho” (em bases de dados específicas, o sinal de “+” foi substituído por “and” ou “e”, como ocorreu na base do Scielo). Tais descritores foram lançados nas bases

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de dados física e virtuais tanto no campo “palavras do título” (referindo-se a títulos de artigos científicos, de livros e de teses e dissertações, conforme a base de dados específica) quanto no campo “geral” ou “todos os índices” (referindo-se a todos os índices de busca de cada uma das bases de dados). Dado o volume excessivo de ocorrências com temas que não possuíam relação com o que foi pesquisado, foram lançados, posteriormente, os “descritores secundários”, considerando, antes, uma análise geral das ocorrências dos “descritores primários”. Assim, foram designados como “descritores secundários”: “qualidade de vida no trabalho”, “higiene e segurança no trabalho” e “saúde e segurança no trabalho”.

As consultas às bases de dados e aos *sites* institucionais pesquisados ocorreram entre os meses de agosto e outubro de 2015, respeitando os cronogramas previstos entre as atividades coordenadas já mencionadas.

Estudo de Campo

Após a sistematização da pesquisa bibliográfica e documental foi efetuado um estudo de campo na Região Metropolitana de Londrina-PR (RML), dividido, por sua vez, em três momentos consecutivos: (1º) pesquisa geral na *internet*; (2º) contato telefônico e/ou por *e-mail*; e (3º) visita e/ou realização de entrevista semi-estruturada.

A RML, instituída em 1998, é composta, desde 2014, por 25 municípios: Alvorada do Sul, Araongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí. Considerada na totalidade, a RML congrega, aproximadamente, pouco mais de um milhão de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB)

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de cerca de R\$23 bilhões (vinte e três bilhões de reais)³. Londrina é responsável por aproximadamente R\$16 bilhões do total do PIB da RML (aproximadamente 70%), ou, ainda, por cerca de 6,91% do PIB do Estado do Paraná (que possui cerca de R\$332,8 bilhões de PIB), o terceiro maior PIB do Estado, atrás apenas da capital, Curitiba (R\$79,3 bilhões), e de São José dos Pinhais (R\$25,2 bilhões), na Região Metropolitana de Curitiba, embora seja o segundo maior município do Estado, em população, com 506,7 mil habitantes (4,85% em relação aos 10,4 milhões de habitantes no Estado do PR), atrás de Curitiba (com 1,7 milhão de habitantes)⁴.

Para o estudo de campo, foi privilegiado o município de Londrina, pela acessibilidade da equipe coordenada neste trabalho e por concentrar o maior volume populacional e econômico da região. Contudo, em virtude da acessibilidade por parte de membros da referida equipe coordenada, municípios como Ibiporã e Rolândia também foram considerados. Frisamos, todavia, que o estudo de campo foi realizado conforme suas condições de exequibilidade e moldado pelo paradigma qualitativo.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa geral, pela *internet*, em busca de organizações dos setores produtivos primário, secundário e terciário e de setores econômicos público, privado e do terceiro setor, no intuito de elaborar uma relação de organizações que pudessem ser contatadas e identificadas quanto a seus eventuais responsáveis pela área de saúde e segurança no trabalho. Para tanto, foram utilizados o *site* de buscas do *Google* e eventuais sites institucionais, como o da Prefeitura Municipal de Londrina (PML: <http://cmtuld.com.br/>), que pudessem fornecer informações sobre as organizações produtivas

³ COSTA, V. Raio-X da Região Metropolitana de Londrina. **Folha de Londrina**. Londrina-PR, 05 dezembro 2015. Disponível em < http://www.folhadelondrina.com.br/?id_folha=2-1--464-20151205>. Acesso em 01 maio 2016.

⁴ Disponível em < http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1 >. Acesso em 01 maio 2016.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de Londrina e região. A pesquisa geral pela *internet* ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2015.

Posteriormente, entre os meses de outubro de 2015 e janeiro de 2016, foram executados contatos com tais organizações, por telefone e/ou *e-mail*, para colher informações básicas quanto aos responsáveis, em cada uma delas, pela área de segurança e saúde do trabalhador (se existia um responsável, nome e telefone ou *e-mail* de contato direto), e para tentar verificar seus interesses e disponibilidades para receber uma visita e/ou conceder uma entrevista semi-estruturada.

Finalmente, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas junto às organizações que se interessaram e se dispuseram a cooperar com nosso trabalho. No intuito de privilegiar a obtenção de informações, foi considerada, também, a realização de entrevistas fora das dependências da organização, ou mesmo por *e-mail*, quando a visita à mesma foi comprometida por problemas de agenda. As entrevistas semi-estruturadas seguiram um roteiro previamente elaborado de modo a contemplar os objetivos deste trabalho e permitirem a confrontação cruzada entre as entrevistas realizadas.

Resultados e Discussão

Procuramos apresentar e analisar os resultados das pesquisas bibliográfica e documental e do estudo de campo na sequência, confrontando com os pressupostos aqui considerados e dando ênfase a cada uma das pesquisas para, ao final, avaliar os alcances e limites dos aspectos epistemológicos e técnicos da relação entre gestão e saúde do trabalhador.

Pesquisa Bibliográfica e Documental

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Foram analisados 461 documentos na pesquisa bibliográfica e documental, dentre os quais: programas institucionais, leis/normas/diretrizes, artigos científicos, dissertações, teses, livros e algumas resoluções normativas relacionadas ao campo da Psicologia, na sua intersecção com o contexto das organizações e do trabalho, sempre considerando o *locus* epistêmico envolvido nas atividades coordenadas para o presente trabalho.

A partir do total de 461 documentos analisados, foi possível classificar cinco categorias distintas entre eles, considerando os objetivos deste trabalho: (01) documentos que não possuíam conexão com nossa pesquisa, discutindo aspectos relativos à gestão realizada no contexto de organizações de saúde, como hospitais e ambulatórios ou serviços especializados de saúde, fossem eles públicos ou privados, entre outros assuntos, os quais enquadrados na categoria *Nenhuma Relação com o Tema Analisado (NRTA)*; (02) documentos que abordavam discussões de conteúdo teórico e/ou metodológico a respeito da gestão voltada para a saúde do trabalhador, denominados, simplesmente, de documentos pertencentes à categoria *Epistemológica*; (03) documentos que priorizavam informações como relatos de experiências com aplicação de técnicas ou mesmo proposições de tais técnicas (consideradas, aqui, como instrumentos, ferramentas e/ou protocolos de aplicação) para a gestão voltada para a saúde do trabalhador, designados como relativos à categoria *Técnica*; (04) documentos que procuravam apresentar e discutir, teórica e metodologicamente, os instrumentos, ferramentas e/ou protocolos de aplicação dirigidos à gestão voltada para a saúde do trabalhador, identificados no âmbito da categoria *Epistemológica/Técnica*; e (05) documentos que tratavam especificamente de leis, normas e/ou diretrizes relacionadas à gestão voltada para a saúde do trabalhador, os quais foram classificados como categoria *Normativa*.

De modo geral, dentre os 461 documentos analisados, 53% pertenceram à categoria NRTA, 21% à categoria Epistemológica, 19% à categoria Técnica, 5% à categoria Epistemológica/Técnica e 2% à categoria Normativa.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Considerando apenas os documentos que possuíam relação com nosso estudo, ou 47% do total dos documentos analisados, foi possível identificar temáticas comuns presentes entre eles, no âmbito das quatro categorias identificadas.

Na categoria Epistemológica (que representou 21% do total dos 461 de documentos analisados), foi possível identificar quatro agrupamentos temáticos predominantes entre os documentos analisados: (a) análises e ações para melhoria das condições de trabalho; (b) ações preventivas referentes a doenças ocupacionais e acidentes de trabalho; (c) significado do trabalho e sua relação com a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT); e (d) estresse e sua relação tanto com pressões patogênicas da carga de trabalho como, também, com dificuldades nas relações socioprofissionais, com as condições de trabalho e com a organização do trabalho. Esta categoria foi predominante, dentre as demais que possuíam relação com nosso estudo, e seus dados possuem aproximações com os resultados obtidos na revisão elaborada por Mendes (2003).

Não houve resultados significativos ao analisarmos as demais categorias (Técnica, Epistemológica/Técnica e Normativa) isoladamente, no que tange a agrupamentos temáticos relevantes. Contudo, foi possível identificar que, se consideradas tais categorias em seu todo (e, portanto, 26% do total dos 461 documentos analisados), os documentos possuíam agrupamentos significativos, tais como: (1) assessoria e consultoria em segurança do trabalho; (2) avaliação quantitativa de agentes ambientais; (3) diagnóstico de prevenção de quedas; (4) laudo de insalubridade e/ou periculosidade; (5) plano de proteção respiratória; (6) treinamentos e ações educativos (treinamentos que orientam na investigação de acidentes, desenho de mapa de riscos, atendimento e primeiros socorros, curso para formação de membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA –, entre outros temas na área da Saúde e Ergonomia – Física, Organizacional e Cognitiva); (7) assessoria e consultoria em avaliação de conformidade legal; (8) laudo técnico das condições ambientais no trabalho; (9) normas regulamentadoras (NRs) – Adequações à Legislação e Certificações; (10)

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

programa “Cuide-se +: Alimentação Saudável”; entre outros documentos que não pertenceram a nenhum agrupamento temático relevante.

Numa perspectiva particular, todavia, entre as categorias acima consideradas, na Técnica, destacamos assuntos relacionados: à implementação de planos de ação em saúde e segurança no trabalho; ao reconhecimento, avaliação, neutralização e controle de riscos ambientais; às estratégias para implementação de Modelos de QVT; aos Modelos de Excelência (com foco na Qualidade) que consideravam assuntos relativos a higiene e segurança no trabalho; aos programas de capacitação de funcionários para prevenção de acidentes no trabalho, principalmente na construção civil; ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); ao mapeamento de riscos ambientais; à assessoria e consultoria em segurança; entre outros assuntos que não constituíram agrupamentos relevantes.

No que concerne à categoria Epistemológica/Técnica, destacamos assuntos que tratavam: da prevenção de acidentes de trabalho e/ou do adoecimento no trabalho, incluindo aqueles que forneciam instruções para lidar com ambos; de modelos de gestão de recursos humanos; de modelos de gestão da higiene e da segurança no trabalho, com predominância da higiene ocupacional; de modelos de QVT e de aplicação de técnicas variadas, como por exemplo, técnica de análise crítica do discurso (ACD) ao programa de QVT; entre outros com menor frequência.

Na categoria Normativa, foram identificados assuntos recorrentes, tais como: descrição de leis, diretrizes e portarias relacionadas à gestão da saúde do trabalhador; diretrizes para elaboração e implementação de ações de higiene e segurança no trabalho; normas jurídicas que regem as relações de trabalho; normas jurídicas pertinentes ao Direito do Trabalho; entre outros com menor frequência.

Os resultados apontaram, ainda, para uma deficiência na divulgação de trabalhos epistemológicos e técnicos relacionados aos campos da Psicologia e da Saúde Mental do

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Trabalhador (SMT), quando consideradas suas aproximações com o campo da Gestão, nas bases de dados físicas e virtuais pesquisadas. Tal deficiência coloca em segundo plano investigações e intervenções relativas a “Transtornos Mentais e Comportamentais”⁵ relacionados ao trabalho não apenas no campo da Gestão, mas também quando consideradas as aproximações com temas relativos à “higiene/saúde e segurança no trabalho” e à “qualidade de vida no trabalho”.

A necessidade de divulgação de estudos nesse sentido já vem sendo observada desde o início dos anos 2000 (HELOANI; CAPITÃO; 2003) e dados mais recentes vêm apontando para o significativo impacto dos Transtornos Mentais e Comportamentais para a saúde dos trabalhadores, em escala planetária. Dados da Organização Mundial da Saúde (2011) apontam para, aproximadamente, 30% dos trabalhadores sofrerem de transtornos mentais leves e/ou moderados e 10% serem acometidos por transtornos mais graves.

No cômputo geral de nossa pesquisa bibliográfica e documental, embora alguns autores tenham demonstrado um aumento na publicação de artigos científicos (MENDES, 2003; SCHIEHL *et al*, 2012) e de teses e dissertações (GIBERT e CURY, 2009; SANTANA, 2006) no campo da Saúde do Trabalhador (ST), trespassado por contribuições de áreas diversas como as da Engenharia de Produção, Ergonomia e Psicologia, nenhuma produção efetiva envolvendo aspectos relativos à saúde dos trabalhadores foi verificada no campo da Gestão e deficiências importantes foram observadas na difusão de conhecimentos e de técnicas na área da Saúde Mental do Trabalhador (SMT), quando consideradas suas aproximações tanto com o campo da Gestão quanto com as temáticas da Higiene ou Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

⁵ Utilizamos a nomenclatura genérica do grupo de Transtornos Mentais e Comportamentais (Capítulo V, códigos F00 a F99) contida na 10ª Edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Classificação de Doenças em Português (CBCD). Disponível em <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em 01 maio de 2016.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Estudo de Campo

Constatadas, ainda de modo geral, as lacunas e deficiências nas pesquisas bibliográfica e documental quanto à produção epistemológica e técnica do campo da Gestão voltada para a saúde dos trabalhadores, demos sequência ao estudo de campo, nos moldes do que já descrevemos anteriormente: (1º) pesquisa geral na *internet*; (2º) contato telefônico e/ou por *e-mail*; e (3º) visita e/ou realização de entrevista semi-estruturada.

Ao final da pesquisa geral pela *internet*, e do contato telefônico e/ou por *e-mail*, foram contatadas 125 organizações da RML, sendo 93 de Londrina (74,40%), 31 de Rolândia (24,80%) e 01 de Ibiporã (0,8%), dentre as quais: 15 organizações do setor produtivo primário (12%), 52 do setor secundário (41,60%) e 58 do setor terciário (46,40%). Do total, foram contatadas 107 empresas privadas (85,60%), 13 cooperativas agrícolas ou de crédito (10,40%), 02 organizações do terceiro setor (1,6%), 02 organizações com capital majoritariamente público (1,6%) e 01 sindicato de trabalhadores (0,8%).

No setor primário, foram identificados os responsáveis pela saúde e segurança no trabalho em 06 organizações (40% das organizações contatadas nesse setor); em 01 organização não havia nenhum responsável; com 07 organizações não foi possível o contato (não atendeu o telefone ou o número de telefone era inexistente) e 01 organização encerrou as atividades. Com relação ao setor secundário, foram identificados em 45 organizações (86,54% das organizações contatadas no setor) as pessoas responsáveis pela saúde e segurança no trabalho; em 01 organização o serviço de saúde ocupacional era terceirizado e em outras 06 organizações não foram identificados os responsáveis. No setor terciário, foram identificados os responsáveis pela saúde e segurança no trabalho em 17 organizações (29,32% das organizações contatadas no setor); 04 organizações informaram que os responsáveis ficavam localizados em suas matrizes, em capitais de determinadas unidades da federação; com 34

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

organizações não foi possível o contato (não atenderam ao telefone); 01 organização não possuía um responsável; e em 02 organizações as pessoas contatadas não souberam informar se havia responsáveis.

Após os contatos telefônicos e/ou por *e-mail*, 13 profissionais das organizações consultadas (equivalente a 10,40% das organizações contatadas) interessaram-se e dispuseram-se a contribuir com nossa pesquisa, concordando em participar da entrevista semi-estruturada. Em 10 delas (76,92%) a entrevista foi realizada *in loco*, ao passo que em 02 (15,38%) a entrevista foi realizada por *e-mail* e em 01 (7,69%) a entrevista foi realizada fora das dependências da empresa, com um profissional que não era o responsável pela área de segurança e saúde do trabalhador da mesma, mas que se disponibilizou a contribuir com a pesquisa. Dentre as organizações cujos profissionais participaram da entrevista semi-estruturada, 07 delas (53,8%) eram do setor produtivo secundário e 06 (46,15%) eram do setor produtivo terciário. Não houve nenhuma organização do setor produtivo primário interessada em participar da pesquisa. No que tange ao setor econômico, 11 (84,61%) das organizações pesquisadas eram privadas e 02 (15,38%) possuíam capital majoritariamente público.

No que concerne ao conteúdo das entrevistas realizadas, de modo geral, foi possível observar a presença de programas relativos à saúde e segurança no trabalho entre as empresas de maior porte, com destaque às organizações do setor industrial, e entre as organizações de capital majoritariamente público (estas do setor de serviços e de grande porte). Todavia, frisamos que o conteúdo das entrevistas revelou que tais programas não parecem estar vinculados a políticas estratégicas organizacionais, mas, sim, preocupados com o atendimento da legislação. Entre as organizações de menor porte, todas elas privadas e com predominância entre as do setor produtivo terciário, não foi possível observar programas efetivos de segurança e saúde do trabalhador, nem mesmo para o atendimento da legislação em vigor, ocupando-se de tais assuntos de modo informal quando surge uma demanda. Em todas as

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

empresas pesquisadas no estudo de campo, vale ressaltar, não houve a identificação de qualquer preocupação com os aspectos relativos à Saúde Mental no Trabalho (SMT).

Especificamente, entre os profissionais das Indústrias Metalúrgicas, de Alimentos e de Materiais Elétricos entrevistados, foi possível notar uma maior preocupação dos gestores para com a saúde do trabalhador, por meio de investimentos nessa área, tais como: (i) consultorias; (ii) treinamentos; (iii) campanhas; e (iv) parcerias com o SESI; entre outros. Na maior parte dessas indústrias, existe uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou equipes multidisciplinares (composta por médicos, enfermeiros, técnicos de segurança do trabalho, entre outros) para dar suporte à saúde do trabalhador. Foi possível observar, ainda, nessas indústrias, a existência de algumas ferramentas de aplicação que dão suporte aos gestores da saúde no trabalho, sobretudo em relação a acidentes de trabalho típicos, tais como: (a) tecnologia em gestão; (b) atendimento humanizado; (c) regulamentação/risco inerente ao ambiente de trabalho; (d) atendimento instantâneo no caso de acidentes; entre outros. Foi possível observar que as ferramentas utilizadas, em sua maioria, são de competências de áreas como a engenharia de segurança do trabalho e a medicina do trabalho.

A preocupação maior da indústria com as questões relativas à segurança e à saúde do trabalhador (SST) decorre desse setor produtivo ser aquele que congrega as maiores taxas de mortalidade e de incapacidade permanente entre trabalhadores no Brasil. (BRASIL, 2015, p. 8). Em estudo anterior, Wüsnch Filho (1999) investigou as tendências decrescentes de ATs, no Brasil, entre os anos de 1970 e 1995, e concluiu que tais taxas decrescentes além de serem ocasionadas por subnotificações, por parte das organizações, decorriam, também, da menor atividade econômica no setor industrial e das migrações de trabalhadores para o setor terciário, além do crescente número de desempregados, reforçando a relação entre a atividade industrial e os ATs, sobretudo aqueles de maior gravidade.

Esse tipo de situação resulta em ações mais frequentes e efetivas por parte dos órgãos de fiscalização. Entre os anos de 2007 e 2011, a média anual de análises feitas por Auditores

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Fiscais do Trabalho foi de 1.927, ao passo que, entre os anos de 2013 e 2014, essa média anual saltou para 2.347 (BRASIL, 2015, p. 10).

Alcances e limites

A pesquisa bibliográfica e documental em bases de dados física e virtuais demonstrou uma inexistente produção epistemológica e técnica relativa ao campo da Gestão voltada para a saúde do trabalhador. Por outro lado, o estudo de campo observou que as organizações públicas e privadas de grande porte dos setores produtivos industrial e de serviços, e as de médio porte do setor produtivo industrial, da Região Metropolitana de Londrina, possuem programas voltados para a segurança e a saúde dos trabalhadores, porém, restritos ao atendimento da legislação vigente e sem que demonstrassem vínculos com políticas estratégicas organizacionais, ao passo que as organizações de pequeno porte, sobretudo do setor produtivo terciário, não possuem qualquer tipo de ação voltada para a segurança e à saúde do trabalhador, atuando sobre demanda e de modo informal. Em ambas as pesquisas, não há registros de produção epistemológica e tampouco técnica voltada para a saúde mental dos trabalhadores.

Do ponto de vista normativo, porém, outros campos de conhecimento e de práticas, como o da Saúde do Trabalhador (ST), e instituições diversas, como a Organização Internacional do Trabalho e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde do Brasil, têm tentado avançar com estudos e ferramentas de controle social e de fiscalização voltados para a saúde dos trabalhadores, sem que o campo da Gestão, sobretudo aquela voltada para as organizações privadas, os acompanhe.

Desde o final de 2010, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2010), publicou a NBR ISO 26000, constando as “diretrizes sobre responsabilidade social” e incorporando aspectos relativos não apenas à saúde do trabalhador, mas, também, à saúde do

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

consumidor e da comunidade em que a organização produtiva está inserida. É importante ressaltar que tal norma não constitui instrumento jurídico que impõe obrigatoriedade às organizações a adequarem-se a ela e também não confere a quem a siga qualquer tipo de certificação, porém, trata-se de uma padronização internacional aplicável em organizações de qualquer natureza e de qualquer porte. (DIEESE, 2013)

Por outro lado, do ponto de vista legal, desde 2005 está disponível um “caderno de legislação em saúde do trabalhador” facilmente acessível e que congrega as legislações federais e estaduais a respeito da SST no Brasil. (BRASIL, 2005)⁶. Embora seja mais útil à gestão pública em saúde, nele constam informações sobre legislações obrigatórias que organizações de qualquer natureza e de qualquer porte devem seguir, como as Normas Regulamentadoras nº 7 (NR7) e nº 9 (NR9).

A NR7, que regulamente o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), foi aprovada por meio da Portaria da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho (SSST) nº 24, de 29/12/1994, e publicada no Diário Oficial em 30/12/1994, e estabelece:

... a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. (BRASIL, 1994a)

Por sua vez, a NR9, que regulamenta o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), foi aprovada pela Portaria da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho (SSST) nº 25, de 29/12/1994, e publicada no Diário Oficial em 30/12/1994, e estabelece:

⁶ Uma versão *online* e gratuita, de fácil manejo, é facilmente encontrada no *site* da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Disponível em <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/legisla%C3%A7%C3%A3o-sa%C3%BAde-trabalhador>>. Acesso em 01 maio 2016.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

... a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. (BRASIL, 1994b)

Tais diretrizes técnicas e legais tentam conscientizar e impor padrões mínimos com o propósito de promover a adequação à Convenção 161/1985 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho, promulgada, no Brasil, pelo Decreto da Presidência da República nº 127, de 22 de maio de 1991. (BRASIL, 1991)

Embora tais leis e regulamentações estejam vigentes desde a década de 1990, no Brasil, o controle social e a fiscalização são comprometidos tanto pelo conjunto significativo de subnotificações de ATs realizadas pelas organizações produtivas (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 1992), quanto pela dificuldade técnica e estrutural de fazer a fiscalização (MIRANDA; DIAS, 2004).

Considerações Finais

Com base nas pesquisas bibliográfica e documental e no estudo de campo realizado, podemos depreender que as organizações produtivas, em virtude da carência de estudos e de técnicas relacionados à gestão voltada tanto para a saúde do trabalhador quanto para seus impactos diretos nos processos produtivos (sentidos nos índices de rotatividade, de absenteísmo e de produtividade) e indiretos para a sociedade (observados nos impactos para o mercado de recursos humanos e para a gestão previdenciária), sobretudo aquelas de médio e de pequeno porte, ignoram os efeitos de suas práticas, ficando expostas às dificuldades do atendimento à legislação e à mercê da fiscalização.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

No que tange aos trabalhadores, legiões, em escala planetária, são expostos às mais aviltantes condições de trabalho (VIZZACCARO-AMARAL, 2012, pp. 68-69) e a cada vez maior sobrecarga (DAL ROSSO; CARDOSO, 2015), e veem-se obrigados a lutar por situações mínimas de dignidade, de segurança e de saúde, já consagradas em declarações universais de direitos humanos e em convenções internacionais de direitos trabalhistas e de proteção social.

Referências

ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P. (orgs.). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. 1ª. ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. **Trabalho e estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha**. 1ª. ed. São Paulo: LTr, 2012.

ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; CHAPADEIRO, B. (orgs.). **A híbris de saturno: precarização do trabalho, saúde do trabalhador e invisibilidade social**. 1ª. ed. Bauru-SP: Canal 6 (Projeto Editorial Praxis), 2015.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR ISO 26000**. Diretrizes sobre responsabilidade social. 2010. Disponível em <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf)>. Acesso em 01 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 127, de 22 maio 1991. Brasília-DF, 1991. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0127.htm>. Acesso em 01 maio 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Legislação em saúde: caderno de legislação em saúde do**

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalhador. 2ª. ed. rev. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_saude_trabalhador.pdf>. Acesso em 01 maio 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalhador. Portaria nº 24, de 29 dezembro 1994. Brasília-DF, 1994a. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181317>>. Acesso em 01 maio 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalhador. Portaria nº 25, de 29 dezembro 1994. Brasília-DF, 1994b. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA44A24704C6/p_19941229_25.pdf>. Acesso em 01 maio 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. **Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho: 2015- 2016**. Brasília-DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814D5270F0014D71FF7438278E/Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Acidentes%20do%20Trabalho%202015-2016.pdf>>. Acesso em 01 maio 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 3ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012, pp. 295-316. (Coleção Sociologia)

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa e seus fundamentos filosóficos. In: _____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 33-61.

DAL ROSSO, S.; CARDOSO, A. C. M. Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, 2015, pp. 631-650. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300631&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 abril 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Normas sobre responsabilidade social das empresas: a ISO 26000 e o GRI. **Notas Técnicas**. n. 121, março 2013. Disponível em <

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec121DesempenhoResponsabilidadeSocial.pdf>. Acesso em 01 maio 2016.

FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002, pp. 11-34.

GAULEJAC, V.. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Trad: Ivo Storniolo. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2007.

GIBERT, M. A. P.; CURY, V. E. Saúde mental e trabalho: um estudo fenomenológico com psicólogos organizacionais. **Boletim de Psicologia**, vol. LIX, n. 130, pp. 45-60, 2009.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas. 2001.

_____. Estudo de campo. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 57.

_____. Uso da biblioteca. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008, pp. 60-78.

GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (orgs.). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010.

HELOANI, J. R. M. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

HELOANI, J. R. M.; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo **Perspec. [online]**. 2003, vol.17, n.2 [cited 2013-06-21], p. 102-108 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200011>. Acesso em 23 fevereiro 2016.

HELOANI, R.; SOUZA, R. M. B.; RODRIGUES, R. R. J. (orgs.). **Sociedade em transformação**: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade v. 2. Londrina-PR: EdUEL, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**: Londrina. 2016. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=>

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

&codmun=411370&search=parana|londrina|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>.
Acesso em 26 abril 2016.

LACAZ, F. A. de C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 25 jan. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003>.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Método dialético. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003, pp. 100-106.

LIMA, M. E. A.. **Os equívocos da excelência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MACHADO, J. *et al* (orgs.). **Saúde e trabalho no Brasil**: uma revolução silenciosa – o NTEP e a previdência social. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

MATIAS, M. C. M.; ABIB, J. A. D. (orgs.). **Sociedade em transformação**: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. Londrina-PR: Eduel, 2007.

MENDES, J. M. R. *et al*. **Saúde e trabalho**: múltiplas perspectivas. São Paulo: Plêiade, 2011.

MENDES, R. **Patologias do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho, publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. **Rev. Bras. Med. Trab.** Belo Horizonte, vol. 1, n. 2. p. 87-118, out-dez. 2003.

MINAYO, M. C. **Os muitos Brasis**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

MIRANDA, C. R.; DIAS, C. R. PPRA/PCMSO: auditoria, inspeção do trabalho e controle social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 224-232, fev. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000100039&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2016.

OLIVEIRA, M. H. B.; VASCONCELLOS, L. C. F. Política de saúde do trabalhador no Brasil: muitas questões sem respostas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, pp. 150-156, jun. 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2016

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

ORGANIZAÇÃO MUNDIA DA SAÚDE. Organização Panamericana da Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2011**: Saúde mental - nova concepção, nova esperança. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2011.

PAGÈS, M. *et al.*. **O poder das organizações**. Trad. Cecília Pereira Tavares e Sonia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1987.

SANTANA, V. S. Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. spe, pp. 101-111, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 1 maio 2016.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. A. **Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no setor mineral de Corumbá-MS**. Relatório de Qualificação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2016.

SCHIEHL, A. R.; PILATTI, L. A.; CANTERI, M. H. G.; VASCONCELOS, L. L. Qualidade de vida no trabalho e saúde: evolução histórica e perspectivas de inovação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.113-127, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. Entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011, pp. 145-152.

_____. Método de análise de conteúdo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011, pp. 158-166.

VIZZACCARO-AMARAL, A. L. Da polissemia conceptual à crise categorial do desemprego: novas formas de estranhamento no capitalismo do século XXI. In: ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P. (orgs.). **Trabalho e saúde**. A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011, pp. 58-83.

VIZZACCARO-AMARAL, A. L. Trabalho, saúde e estranhamento na primeira década do século XXI. p. 68-83. In: ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

(orgs.). **Trabalho e estranhamento**. Saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2012.

VIZZACCARO-AMARAL, A. L. “(In)Capacitados para o trabalho”? Trabalho, estranhamento e saúde do trabalhador no Brasil (2000 - 2010). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília-SP, 2013a. Disponível em <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100999/vizzaccaroamaral_a_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 abril 2016.

VIZZACCARO-AMARAL, A. L. Os novos paradigmas em gestão de recursos humanos e a saúde mental do trabalhador. p. 601-640. In: FERREIRA, J. J.; PENIDO, L. O. (coords). **Saúde mental no trabalho**: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás. Goiânia-GO: Cir Gráfica, 2013b.

VIZZACCARO-AMARAL, A. L. Dimensões subjetivas do desemprego: novas perspectivas para a pesquisa e a intervenção em psicologia do trabalho. p. 189-207. In: HELOANI, R.; SOUZA, R. M. B.; RODRIGUES, R. R. J. (orgs.). **Sociedade em transformação**: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade v. 2. Londrina-PR: EdUEL, 2015a.

VIZZACCARO-AMARAL, A. L. 2015. A (in)visibilidade dos “(in)capacitados para o trabalho”. p. 87-110. In: ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; CHAPADEIRO, B. (orgs). **A híbris de Saturno**: precarização do trabalho, saúde do trabalhador e invisibilidade social. Bauru-SP: Canal 6, 2015b. (Projeto Editorial Praxis)

WUNSCH FILHO, V. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 41-52, jan.1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2016.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.) **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.